



GUIA EDUCACIONAL • OUTUBRO DE 2026

O Guia Completo de Planejamento Financeiro para Brasileiros nos Estados Unidos

Impostos • Investimentos • Aposentadoria • Planejamento sucessório • Seguros

Seu patrimônio não conhece fronteiras. Seu planejamento também não deveria.

Preparado por:

Marco Lima, CFP® | CEO & Wealth Advisor | MRA Advisory Group

Every financial decision is connected.

mraadvisory.com/pt

Para maiores informações e agendamento de reunião:

mraadvisory.com/team/marco-lima

UMA ABORDAGEM INTEGRADA

Carta de apresentação

Viver nos Estados Unidos pode abrir novas oportunidades profissionais e patrimoniais. Para quem mantém família, investimentos, imóveis ou planos de aposentadoria no Brasil, porém, decisões aparentemente simples podem ter consequências nos dois países. Uma conta de investimentos, a venda de um imóvel, a escolha de um beneficiário ou a mudança de residência fiscal merecem ser analisadas em conjunto.

Este guia foi elaborado para ajudar você a identificar as perguntas certas, compreender conceitos importantes e conversar de maneira mais produtiva com seus assessores financeiros, contadores e advogados. Ele não substitui uma avaliação individualizada. Na MRA Advisory Group, acreditamos que cada decisão financeira está conectada às demais.

Marco Lima, CFP® | CEO & Wealth Advisor

Como utilizar este guia

Leia os capítulos na ordem que fizer sentido para sua família. Use os exemplos como ilustrações, nunca como recomendações pessoais. Ao final, preencha a lista de verificação e identifique as questões que precisam de análise especializada em cada país.

Sumário

- 01 Residência fiscal*
- 02 Tributação e obrigações internacionais*
- 03 Investimentos em dólar*
- 04 Aposentadoria Brasil-EUA*
- 05 Planejamento sucessório*
- 06 Seguros e proteção*
- 07 Empresários brasileiros*
- 08 15 erros comuns*
- 09 Checklist integrado*
- 10 Glossário*
- 11 Sobre a MRA e próximos passos*
- 12 Disclosures e referências*

Quatro conceitos diferentes



01 Residência fiscal: Brasil e Estados Unidos

Quatro conceitos que não devem ser confundidos

Cidadania, status migratório, residência para imposto de renda e domicílio para fins sucessórios são conceitos distintos. Uma pessoa pode ser brasileira, morar na Flórida, ser residente fiscal americana e manter bens sujeitos à tributação no Brasil. A análise depende de fatos e datas concretas.

Estados Unidos Em linhas gerais, cidadãos americanos são tributados sobre renda mundial. Estrangeiros podem ser tratados como residentes fiscais se atenderem ao green card test ou ao substantial presence test, sujeitos a exceções e regras específicas. O teste de presença considera dias no ano corrente e frações de dias dos dois anos anteriores; não se resume a contar 183 dias no ano atual. Algumas situações exigem formulários e documentação adicionais.

O imposto estadual também importa: a Flórida não cobra imposto de renda individual estadual, mas outros estados podem fazê-lo. Morar em um estado não elimina obrigações federais nem tributos relacionados a fontes de renda em outros estados.

Brasil e saída definitiva A Receita Federal estabelece regras próprias de residência e não residência. A Comunicação de Saída Definitiva e a Declaração de Saída Definitiva são obrigações distintas, com prazos e efeitos próprios. A formalização inadequada pode gerar inconsistências cadastrais e de tributação. Nem todo vínculo com o Brasil mantém a residência fiscal; possuir um imóvel, por exemplo, não resolve a questão por si só.

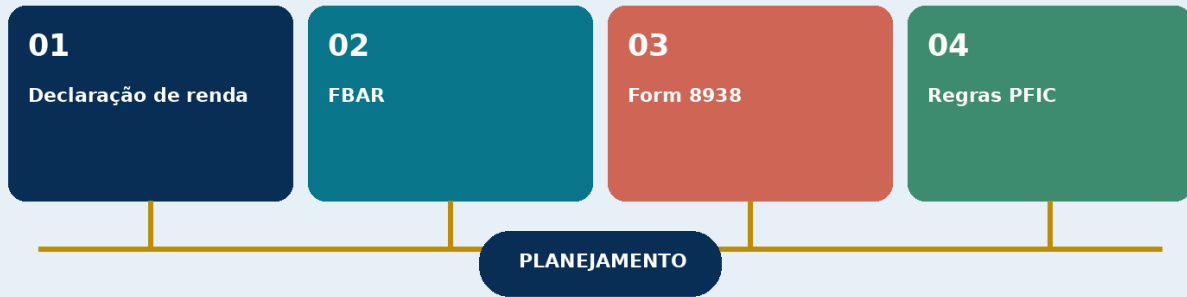
Coordenação entre países A inexistência de um tratado abrangente de imposto de renda Brasil-EUA exige atenção às regras domésticas de crédito de imposto estrangeiro, classificação de rendimentos, momento de reconhecimento e limitações por categoria. O Foreign Earned Income Exclusion aplica-se somente quando seus requisitos específicos são cumpridos; não é uma exclusão geral de renda estrangeira. Há acordo previdenciário bilateral de totalização, distinto de tratado de imposto de renda.

Exemplo: aluguel em São Paulo Uma família residente fiscal nos EUA recebe aluguel de apartamento em São Paulo. Deve avaliar retenções e obrigações brasileiras, conversão cambial, inclusão do rendimento na declaração americana, deduções

admissíveis, depreciação segundo regras americanas e eventual crédito de tributo pago no Brasil. As bases de cálculo e o momento do imposto podem divergir.

ATENÇÃO | Não assumam que “pagar imposto no Brasil” dispensa declarar o rendimento nos EUA. A existência e a utilização de créditos dependem das regras aplicáveis.

Mapa de obrigações internacionais



02 Impostos e obrigações internacionais

A declaração americana

O Form 1040 reúne rendimentos tributáveis, deduções, créditos e impostos devidos. Filing status, dedução padrão versus deduções discriminadas, ganhos de capital de curto e longo prazo, dividendos qualificados e Net Investment Income Tax podem alterar o resultado. Trabalhadores autônomos também devem considerar self-employment tax e pagamentos estimados. Limites, faixas e deduções mudam conforme o ano fiscal.

Relatórios de contas e ativos estrangeiros

Obrigação Ponto de atenção

FBAR / FinCEN 114 Em geral, contas financeiras estrangeiras agregadas acima de US\$ 10.000 em qualquer momento do ano, para pessoas americanas abrangidas; existem definições e exceções.

Form 8938 / FATCA Declaração de determinados ativos financeiros estrangeiros; limites variam conforme filing status e residência. Pode coexistir com FBAR.

Form 8621 Pode ser exigido para participações em PFICs, sujeito a regras e exceções.

Forms 5471 / 8865 / 8858 Podem surgir em determinadas participações em sociedades ou negócios estrangeiros.

Form 3520 Pode envolver determinadas operações com trusts estrangeiros ou recebimentos relevantes de pessoas estrangeiras.

A obrigação de informar não significa, por si só, que há imposto a pagar. Também não é seguro presumir que um ativo está dispensado de relatório apenas porque não gerou rendimentos.

PFIC: atenção a fundos brasileiros Certos fundos e veículos de investimento estrangeiros podem ser classificados como Passive Foreign Investment Companies (PFICs). A classificação depende de critérios específicos e não do nome comercial do produto. Quando aplicável, as regras podem gerar tributação desfavorável, cálculos complexos e declarações adicionais. CDBs, títulos públicos, fundos, ETFs e planos de previdência não devem ser agrupados sob uma mesma conclusão tributária.

Planejamento, não atalhos Avalie créditos de impostos estrangeiros, localização tributária dos ativos, colheita de prejuízos fiscais quando permitida, calendário de vendas, ganhos cambiais e contribuições previdenciárias. A eficiência de uma estratégia depende do conjunto patrimonial e das regras de ambos os países.

Documentos para a reunião tributária • Declarações americanas e brasileiras recentes; comprovantes de residência e datas de mudança. • Extratos de contas bancárias e corretoras no Brasil e nos EUA; saldos máximos anuais. • Informes de rendimentos, dividendos, juros, fundos, títulos e previdência privada. • Documentos de imóveis, aluguéis, despesas, custos de aquisição e vendas. • Participações societárias, trusts, doações, heranças e comprovantes de tributos pagos.

Objetivos antes dos produtos



03 Investimentos em dólar e construção patrimonial

Comece pelo objetivo, não pelo produto

Antes de escolher investimentos, defina reserva de emergência, horizonte temporal, tolerância à volatilidade, necessidade de liquidez, exposição a reais e dólares e localização futura das despesas. O investimento apropriado para comprar um imóvel em dois anos pode ser inadequado para financiar a aposentadoria em vinte anos.

Principais classes de ativos

Instrumento Função e risco principal

Ações e ETFs de ações Potencial de crescimento; perdas de mercado e concentração setorial são possíveis.

Treasuries e Treasury bills Exposição ao governo federal americano; títulos vendidos antes do vencimento podem oscilar.

Bonds corporativos Renda e diversificação; risco de crédito e taxa de juros.

Municipal bonds Juros podem ter tratamento fiscal favorecido conforme o caso; atenção a risco, preço e regras estaduais.

CDs e depósitos bancários Prazo e proteção FDIC sujeitos a condições e limites; verifique a instituição.

Money market funds Fundos de investimento, distintos de depósitos bancários e sem garantia FDIC.

Aposentadoria e contas com vantagens tributárias

Conta Consideração central

Traditional IRA Possível dedução condicionada a renda, cobertura por plano e outras regras; tributação em saques.

Roth IRA Contribuição sujeita a elegibilidade e limites de renda; saques qualificados podem ser isentos.

401(k) / Roth 401(k) Plano empregatício, com regras próprias de contribuição, contrapartida e distribuição.

SEP / SIMPLE IRA Alternativas para determinados autônomos e pequenas empresas.

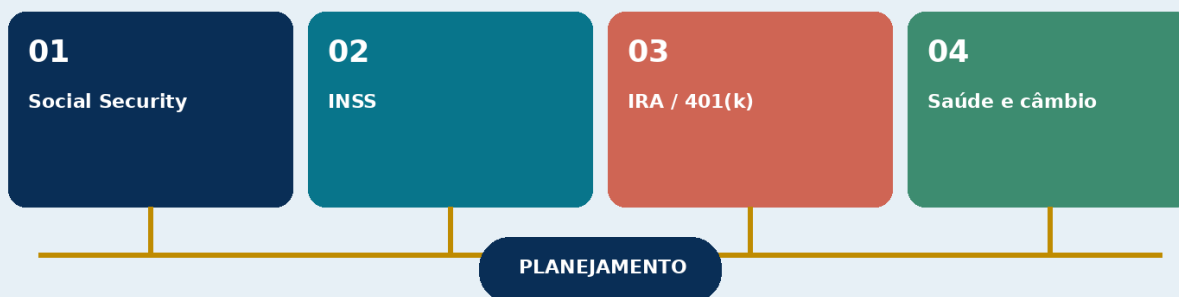
HSA Benefícios fiscais condicionados à elegibilidade a plano de saúde qualificado e outras exigências.

Investir no Brasil ou nos EUA? Não existe resposta universal. O Brasil pode concentrar gastos futuros e patrimônio familiar; os EUA podem oferecer instrumentos denominados em dólar e contas com tratamento tributário específico. Compare custos totais, tributação dos rendimentos e ganhos, reporte de ativos, acesso à liquidez, risco cambial e consequências sucessórias.

Estudo ilustrativo: casal com renda de US\$ 180 mil Um casal com renda bruta anual de US\$ 180.000 pode começar identificando despesas essenciais, dívida de alto custo e reserva de emergência antes de escolher alocação. Depois, deve avaliar benefícios do empregador, elegibilidade a contas previdenciárias, necessidade de seguros e compromissos em reais. Não é possível recomendar percentuais de ações ou renda fixa apenas com base na renda.

ATENÇÃO | Diversificação não elimina perdas. A decisão de manter ativos no Brasil pode gerar custos tributários e de reporte mesmo quando o investimento apresenta bom retorno local.

Fontes e despesas na aposentadoria



04 Aposentadoria entre dois países

Social Security

O benefício americano depende de histórico de rendimentos cobertos, créditos, idade de solicitação e outras regras. A solicitação antecipada pode reduzir o benefício mensal; adiar até o limite aplicável pode aumentá-lo. Benefícios conjugais e de sobreviventes seguem regras próprias. A tributação federal de benefícios depende da renda combinada e da situação de declaração.

Medicare e saúde internacional Medicare tem partes distintas para hospital, atendimento médico, planos privados e medicamentos. Inscrições tardias podem produzir penalidades. A cobertura fora dos EUA é geralmente limitada, de modo que um plano de aposentadoria no Brasil precisa incluir análise específica de acesso à saúde e seguros locais.

401(k), IRAs e distribuições Saques de contas tradicionais normalmente entram na renda tributável, enquanto distribuições qualificadas de Roth podem receber tratamento diferente. Conversões Roth podem gerar imposto no ano da conversão. Required Minimum Distributions (RMDs) dependem de idade, tipo de conta e exceções legais; regras de planos de empregadores podem diferir das regras de IRAs.

INSS e previdência brasileira O acordo de totalização Brasil-EUA pode ajudar a coordenar períodos de cobertura e evitar dupla contribuição previdenciária em situações específicas; não significa que os benefícios se tornem intercambiáveis. PGBl e VGBL exigem análise separada do tratamento nos EUA, inclusive natureza do contrato, rendimento, titularidade e possíveis obrigações informativas.

Retornar ao Brasil Antes da mudança, projete gastos em reais, receitas em dólares, impostos sobre saques de aposentadoria, residência fiscal, benefícios de Social Security no exterior, cobertura de saúde, localização de contas e sucessão. Uma conversão de moeda em momento desfavorável pode afetar o orçamento mesmo sem mudança no valor nominal dos investimentos.

Perguntas de preparação • Quanto precisaremos gastar por mês em cada país e em qual moeda? • Quais rendas são garantidas, variáveis ou dependentes do mercado? • Quando solicitar benefícios previdenciários? • Como financiar saúde e cuidados prolongados? • Que contas terão saques obrigatórios e quais impostos poderão surgir? • Existe um plano para inflação, longevidade e queda dos mercados?

Como analisar a exposição ao Estate Tax



05 Planejamento sucessório internacional

Documentos e titulares importam

Testamentos, trusts, procurações, diretivas médicas e designações de beneficiários desempenham funções distintas. Um revocable living trust pode facilitar a administração de certos ativos, mas não elimina automaticamente impostos ou procedimentos em outra jurisdição. Revise a titularidade dos bens e a compatibilidade entre os documentos brasileiros e americanos.

Estate Tax, Gift Tax e domicílio Para o imposto sucessório federal americano, a cidadania e o domicílio são determinantes relevantes. O domicílio para fins de estate tax não é necessariamente o mesmo que a residência fiscal para income tax. Não cidadãos não domiciliados nos EUA podem enfrentar regras e limites substancialmente distintos para bens situados nos EUA. Transferências entre cônjuges também podem exigir atenção especial quando um deles não é cidadão americano.

Atenção: não ter cidadania americana não significa automaticamente ter isenção de apenas US\$ 60 mil Para fins do imposto federal americano sobre heranças (Estate Tax), a análise começa pela cidadania e pelo domicílio do falecido na data do óbito. Uma pessoa sem cidadania americana, mas domiciliada nos Estados Unidos para fins sucessórios, geralmente está sujeita ao regime aplicável a cidadãos e domiciliados, com consideração de bens mundiais. Já uma pessoa que não é cidadã nem domiciliada nos EUA (nonresident not a citizen) geralmente está sujeita ao Estate Tax sobre determinados bens situados nos EUA (U.S.-situs assets). O green card, a residência fiscal para fins de imposto de renda e o endereço declarado não determinam, isoladamente, o domicílio sucessório: fatos, intenção e vínculos permanentes precisam ser avaliados.

Limites federais aplicáveis em 2026

Cidadãos americanos e pessoas domiciliadas nos EUA para fins sucessórios: a exclusão básica federal em 2026 é de US\$ 15.000.000 por pessoa, sujeita a regras sobre doações tributáveis anteriores, deduções, créditos e eventual portabilidade entre cônjuges elegíveis. Esse valor não representa uma isenção automática para toda pessoa que mora nos EUA nem se aplica, em regra, ao não cidadão não domiciliado.

Para cidadãos não domiciliados nos EUA, o limite geral de US\$ 60.000 é o limiar para a apresentação do Form 706-NA e corresponde, em termos gerais, a um crédito sucessório muito menor do que o disponível aos

domiciliados. Não significa que todo patrimônio acima de US\$ 60.000 será integralmente tributado, nem que o imposto seja calculado sobre o excedente, como em uma faixa de isenção convencional. A apuração considera as regras próprias, as deduções permitidas e os eventuais tratados aplicáveis. O limite de US\$ 60.000 não é reajustado pela inflação.

Quais ativos americanos podem estar expostos? Para não cidadãos não domiciliados, imóveis localizados nos EUA e ações de empresas constituídas nos EUA geralmente integram o patrimônio sujeito à análise, mesmo quando as ações são mantidas em corretora no exterior. Certos depósitos bancários, obrigações de dívida e pagamentos de seguro de vida podem receber tratamento distinto ou estar sujeitos a exclusões específicas. ETFs domiciliados nos EUA podem representar exposição sucessória devido à sua estrutura jurídica. Não presume que o uso de corretora estrangeira, conta conjunta, trust ou LLC elimina o risco: a titularidade, a classificação do ativo, a participação societária e a legislação aplicável exigem análise individual.

Alíquota, declaração e liquidez As alíquotas federais progressivas de Estate Tax podem atingir 40%, mas a alíquota efetiva depende do cálculo do espólio, dos créditos e das deduções aplicáveis. Quando exigido, o Form 706-NA normalmente vence 9 meses após o falecimento, salvo prorrogação válida. A regularização tributária pode atrasar a transferência de certos ativos aos herdeiros e gerar necessidade de liquidez. O prazo de entrega da declaração não deve ser confundido com o imposto devido automaticamente.

Cônjuge sobrevivente sem cidadania americana A dedução conjugal ilimitada (unlimited marital deduction) geralmente não se aplica a transferências para um cônjuge sobrevivente que não seja cidadão americano. Em determinadas situações, um Qualified Domestic Trust (QDOT), sujeito a requisitos rigorosos, pode permitir um tratamento específico. A

nacionalidade de ambos os cônjuges, o regime patrimonial e a estrutura de titularidade devem ser avaliados antes de qualquer transferência.

Exemplo prático: investidor brasileiro residente no Brasil Considere um brasileiro sem cidadania nem domicílio sucessório nos EUA que possua US\$ 250.000 em ações de companhias americanas e um imóvel na Flórida de US\$ 400.000. Em princípio, esses ativos podem integrar o patrimônio situado nos EUA e superar o limiar geral de US\$ 60.000 para o Form 706-NA. Isso não permite concluir o imposto devido: dívidas, despesas dedutíveis, forma de titularidade, outros fatos e eventuais regras especiais precisam ser analisados por advogado e especialista tributário. Se essa mesma pessoa estivesse domiciliada nos EUA para fins sucessórios, o enquadramento poderia ser substancialmente diferente.

Checklist de exposição sucessória internacional Identifique cidadania e possível domicílio sucessório; relacione imóveis, ações, ETFs, contas, empresas e seguros; classifique cada ativo por localização jurídica; confirme titularidade e beneficiários; estime liquidez para despesas e tributos; revise regras para cônjuge não cidadão; coordene profissionais de sucessão e tributação nos EUA e no Brasil.

Fontes oficiais (consultadas em outubro de 2026): IRS, Instructions for Form 706 (07/2026); IRS, Estate tax for nonresidents not citizens of the United States; IRS, Instructions for Form 706-NA; IRS, Some nonresidents with U.S. assets must file estate tax returns. Referências: irs.gov/instructions/i706 ; irs.gov/instructions/i706na ; irs.gov/businesses/small-businesses-self-employed/estate-tax-for-nonresidents-not-citizens-of-the-united-states ; irs.gov/individuals/international-taxpayers/some-nonresidents-with-us-assets-must-file-estate-tax-returns

Risco para brasileiros que vivem nos EUA sem cidadania A ausência de cidadania americana não implica automaticamente a aplicação do limite de US\$ 60 mil. Quem é domiciliado nos Estados Unidos para fins de Estate Tax pode ser tratado como residente sucessório e, em regra, estar sujeito ao regime aplicável a cidadãos americanos, inclusive à exclusão básica federal de US\$ 15 milhões em 2026. O domicílio depende de fatos e intenção de permanência; green card e residência para imposto de renda não são conclusivos isoladamente.

Risco para brasileiros que vivem fora dos EUA Um brasileiro que não é cidadão nem domiciliado nos Estados Unidos pode ter ativos considerados localizados nos EUA para fins sucessórios. Imóveis americanos e ações de sociedades americanas são exemplos relevantes. Certos depósitos bancários podem receber tratamento diferente. A localização fiscal de ETFs, fundos, títulos de dívida, seguros e participações deve ser verificada instrumento por instrumento.

US\$ 60 mil: o que significa exatamente Para um falecido não cidadão e não domiciliado, o limite geral de US\$ 60.000 se refere à obrigação de apresentar o Form 706-NA, consideradas também as regras sobre doações tributáveis ajustadas. Não equivale à exclusão básica de US\$ 15 milhões, nem significa que o imposto incida automaticamente sobre todo o valor que exceder US\$ 60 mil. O cálculo considera créditos, deduções e regras específicas.

Exemplo de exposição — US\$ 650 mil em ações americanas Considere uma pessoa brasileira que reside permanentemente no Brasil, não possui cidadania nem domicílio fiscal nos EUA e detém US\$ 650 mil em ações de empresas constituídas nos Estados Unidos. Em

regra, essas ações podem integrar o patrimônio sujeito ao Estate Tax americano e o patrimônio excede o limiar geral de apresentação do Form 706-NA. O valor do imposto não pode ser determinado apenas pela subtração de US\$ 60 mil; exige-se cálculo técnico e revisão da composição dos ativos e das deduções aplicáveis.

Cônjuge não cidadão, trusts e estruturas patrimoniais Transferências para cônjuge sobrevivente que não é cidadão americano podem não se beneficiar da dedução marital ilimitada disponível em certas situações; estruturas como o Qualified Domestic Trust (QDOT) podem ser relevantes, conforme os requisitos específicos. Trusts, LLCs e titularidade conjunta não eliminam automaticamente o Estate Tax. Alterações de titularidade podem acarretar consequências tributárias, jurídicas e sucessórias adicionais.

Acesso dos herdeiros e providências O inventariante pode precisar apresentar o Form 706-NA dentro de 9 meses após o falecimento, salvo prorrogação válida. Instituições financeiras podem exigir documentação adicional e, em determinadas circunstâncias, um certificado de transferência do IRS. A família deve mapear ativos, documentos de titularidade, beneficiários, possíveis tributos no Brasil e a liquidez para cobrir despesas e impostos.

Fontes oficiais de Estate Tax IRS, Instructions for Form 706 (2026): <https://www.irs.gov/instructions/i706> ; IRS, Instructions for Form 706- NA: <https://www.irs.gov/instructions/i706na> ; IRS, Estate Tax for Nonresidents Not Citizens: <https://www.irs.gov/businesses/small-businesses-self-employed/estate-tax-for-nonresidents-not-citizens-of-the-united-states> ; IRS, Estate Tax FAQs: <https://www.irs.gov/businesses/small-businesses-self-employed/frequently-asked-questions-on-estate-taxes-for-nonresidents-not-citizens-of-the-united-states>

Brasil: herdeiros e ITCMD O inventário, a legítima, o regime de bens e o ITCMD devem ser avaliados segundo legislação brasileira e estadual pertinente. A localização dos bens e o domicílio das partes podem provocar questões de competência e dupla incidência. Mudanças legislativas e jurisprudenciais exigem revisão atualizada.

Caso ilustrativo Uma família tem casa na Flórida, corretora americana, apartamento em Curitiba e investimentos brasileiros. O plano deve mapear proprietários, custos fiscais, beneficiários, dívidas, leis aplicáveis, liquidez para despesas e eventual necessidade de procedimentos em dois países. A constituição de LLC não é solução automática para estate tax.

Checklist sucessório • Inventariar todos os ativos e dívidas por país, titular e beneficiário. • Revisar testamentos e trusts com advogados das jurisdições relevantes. • Atualizar beneficiários de seguros e contas de aposentadoria. • Conferir procurações, diretivas de saúde e responsáveis por menores. • Estimar liquidez para impostos, custos de inventário e manutenção familiar.

COMO A MRA PODE AJUDAR | Coordenar a visão patrimonial e colaborar, conforme apropriado, com os profissionais jurídicos e tributários escolhidos pela família.

Camadas de proteção familiar



06 Seguros e proteção patrimonial

Seguro de vida

Term life oferece cobertura por prazo definido, em geral sem componente relevante de acumulação. Whole life e universal life são modalidades permanentes com estruturas, custos e garantias diferentes. Indexed e variable universal life podem incorporar risco de desempenho, limites contratuais, encargos e risco de lapse. Compare necessidade de cobertura, prêmio sustentável, exclusões, liquidez e adequação ao objetivo.

Saúde e invalidez Planos empregatícios e Marketplace diferem em rede, prêmio, deductible, copayment, coinsurance e teto anual de desembolso. Uma HSA depende de elegibilidade específica. Seguro por invalidez pode proteger renda do trabalho, mas exige atenção à definição contratual de incapacidade, carência, período de benefício e exclusões.

Cuidados prolongados e patrimônio Long-term care pode ser financiado com recursos próprios, seguro dedicado ou certos produtos híbridos. Seguros residenciais, automotivos, empresariais e umbrella protegem contra riscos diferentes; limites e exclusões devem ser compatíveis com patrimônio e exposição à responsabilidade civil.

Apólices brasileiras Não presuma que uma apólice brasileira terá cobertura integral nos EUA ou que uma apólice americana será facilmente administrada após mudança de país. Verifique jurisdição, moeda, beneficiários, regras de pagamento, impostos e obrigações informativas com especialistas.

Checklist de proteção

- Estimar capital necessário para dependentes e dívidas.
- Conferir coberturas de saúde e redes de atendimento.
- Avaliar perda de renda por invalidez.
- Revisar riscos de cuidados prolongados.
- Conferir limites e franquias de imóvel, veículo e responsabilidade civil.
- Atualizar beneficiários e guardar cópias das apólices.

07 Empresários brasileiros nos Estados Unidos

Estrutura jurídica e tributária Sole proprietorship, LLC, partnership, S corporation e C corporation não são equivalentes. Uma LLC é forma jurídica estadual e pode receber tratamentos tributários federais diferentes. A eleição de S corporation tem critérios de elegibilidade, inclusive restrições sobre acionistas. O melhor formato depende de sócios, atividade, residência, distribuição de lucros e objetivos de longo prazo.

Rotina de planejamento Empresários devem avaliar estimated taxes, folha de pagamento, self-employment tax, fluxo de caixa, separação entre finanças pessoais e empresariais, aposentadoria do proprietário e sucessão. Seguro key- person e buy-sell agreements podem integrar a gestão de continuidade do negócio.

Participações no Brasil Ter empresa brasileira pode gerar declarações americanas complexas e diferentes classificações de entidade. Distribuições, remuneração, lucros retidos e alienações devem ser analisados nos dois países antes de decisões relevantes. A existência de LLC nos EUA não afasta automaticamente exposição tributária brasileira.

Perguntas antes de abrir ou reorganizar a empresa • Quem são os proprietários e onde residem fiscalmente? • Como serão remunerados os sócios? • Há operações, empregados ou ativos no Brasil? • Quais formulários e registros podem ser exigidos? • Como será financiada a aposentadoria e a sucessão empresarial?

08 Os 15 erros financeiros mais comuns

01 Ignorar a residência fiscal. Por que importa: decisões sem informações completas podem gerar custos, riscos ou obrigações inesperados. O que considerar: Mapeie datas, vistos, presença física e obrigações em ambos os países.

02 Não avaliar a saída definitiva. Por que importa: decisões tomadas sem informações completas podem gerar custos, riscos ou obrigações inesperados. O que considerar: Confirme os requisitos e a documentação brasileiros aplicáveis.

03 Esquecer contas estrangeiras. Por que importa: decisões tomadas sem informações completas podem gerar custos, riscos ou obrigações inesperados. O que considerar: Revise o FBAR, o Form 8938 e os demais relatórios aplicáveis.

04 Comprar fundos sem analisar PFIC. Por que importa: decisões tomadas sem informações completas podem gerar custos, riscos ou obrigações inesperados. O que considerar: Solicite classificação tributária antes de investir.

05 Não utilizar contas de aposentadoria. Por que importa: decisões tomadas sem informações completas podem gerar custos, riscos ou obrigações inesperados. O que considerar: verifique a elegibilidade e a compatibilidade com os objetivos.

06 Investir sem horizonte definido. Por que importa: decisões tomadas sem informações completas podem gerar custos, riscos ou obrigações inesperados. O que considerar: Separe as metas de curto prazo da aposentadoria.

07 Desconsiderar câmbio. Por que importa: decisões tomadas sem informações completas podem gerar custos, riscos ou obrigações inesperados. O que considerar: Associe os ativos às moedas dos gastos futuros.

08 Declarar tributos sem coordenação. Por que importa: decisões tomadas sem informações completas podem gerar custos, riscos ou obrigações inesperados. O que considerar: Concilie rendimentos e impostos com profissionais de ambos os países.

09 Adiar o planejamento sucessório. Por que importa: decisões tomadas sem informações completas podem gerar custos, riscos ou obrigações inesperados. O que considerar: formalize os documentos e revise a titularidade.

10 Beneficiários desatualizados. Por que importa: decisões tomadas sem informações completas podem gerar custos, riscos ou obrigações inesperados. O que considerar: Revise as contas, os seguros e os eventos familiares.

11 Seguro inadequado. Por que importa: decisões tomadas sem informações completas podem gerar custos, riscos ou obrigações inesperados. O que considerar: Quantifique riscos, limites e exclusões.

12 Confundir domicílio e residência fiscal. Por que importa: decisões tomadas sem informações completas podem gerar custos, riscos ou obrigações inesperados. O que considerar: avalie os conceitos separadamente para cada tributo.

13 Retornar ao Brasil sem plano. Por que importa: decisões tomadas sem informações completas podem gerar custos, riscos ou obrigações inesperados. O que considerar: Projete saúde, impostos, câmbio e saques.

14 Vender imóvel sem simulação. Por que importa: decisões tomadas sem informações completas podem gerar custos, riscos ou obrigações inesperados. O que considerar: Compare as bases de custo e a tributação nas duas jurisdições.

15 Decidir cada tema isoladamente. Por que importa: decisões sem informações completas podem gerar custos, riscos ou obrigações inesperados. O que considerar: Construa uma visão única do patrimônio e dos objetivos.

Caderno de aprofundamento 1 | Residência fiscal e mobilidade

Linha do tempo da mudança de país Antes de uma mudança internacional, registre a data de chegada ou de saída, os dias de presença física, os vínculos familiares, os contratos de trabalho, as contas financeiras e o status migratório. Essas informações podem influenciar o enquadramento tributário em ambos os países. A documentação deve ser guardada juntamente com as declarações e os comprovantes das decisões adotadas.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Substantial Presence Test na prática O teste americano geralmente utiliza a soma dos dias do ano corrente, um terço dos dias do ano anterior e um sexto dos dias de dois anos anteriores, além de requisitos mínimos e exceções. Certas categorias de vistos e situações específicas podem permitir a exclusão de dias. Portanto, a regra não deve ser reduzida a “183 dias no ano”.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Saída definitiva: roteiro de revisão Confirme a data em que deixou de ser residente fiscal brasileiro, a obrigação de comunicação e declaração de saída, a situação cadastral junto a instituições financeiras e o tratamento dos rendimentos de fonte brasileira após a saída. Uma eventual omissão histórica exige análise de regularização, não uma simples alteração retroativa sem suporte.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Exemplo de decisão conectada Uma família vende um imóvel no Brasil para comprar uma residência na Flórida. A operação envolve câmbio, ganho de capital, custo fiscal, documentação da origem dos recursos, possível crédito tributário e atualização do plano sucessório. O momento da venda e o status de residência fiscal precisam ser avaliados antes da assinatura.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Perguntas para levar aos especialistas Qual é a data efetiva da minha residência fiscal em cada país? Tenho obrigação de reportar contas e investimentos estrangeiros? Como serão tributados rendimentos e ganhos realizados antes e depois da mudança? Qual documentação demonstra minha posição?

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Caderno de aprofundamento 2 | Impostos e investimentos brasileiros

Uma obrigação não substitui a outra O FBAR é uma declaração informativa administrada pela FinCEN; o Form 8938 é anexado à declaração federal de imposto de renda quando aplicável. Os critérios de elegibilidade, os ativos abrangidos e os limites não são idênticos. Uma conta pode precisar constar em mais de um relatório, e a ausência de imposto devido não elimina automaticamente o dever de informar.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Mapeamento anual de ativos Organize um inventário com as seguintes informações: instituição financeira, país, titularidade, moeda, saldos máximos, rendimentos, custo de aquisição e documentos de suporte. Identifique contas conjuntas, poderes de assinatura, participações em empresas e produtos de previdência. Um mapa consistente reduz a probabilidade de omissões e facilita o trabalho do contador.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

PFIC: análise produto por produto Fundos estrangeiros podem estar sujeitos ao regime de Passive Foreign Investment Company, mas a classificação depende da natureza jurídica e econômica da entidade e de testes específicos. A escolha de eleições fiscais, a apuração de rendimentos e as obrigações do Form 8621 podem ser complexas. Antes de adquirir ou vender um fundo brasileiro, obtenha uma análise tributária individualizada.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Crédito de imposto e diferenças de calendário Um tributo pago no Brasil nem sempre gera crédito fiscal americano integral e imediato. A natureza da renda, a categoria do crédito, o momento do pagamento e os limites e as regras de fonte podem afetar o resultado. As declarações dos dois países devem ser coordenadas com planilhas que reconciliem os valores em reais e dólares, bem como as datas de conversão.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Venda de imóvel brasileiro Guarde escritura, comprovantes de aquisição, melhorias capitalizáveis, despesas elegíveis, contratos e registros de câmbio. O ganho em reais pode diferir do ganho apurado em dólares para fins americanos. A decisão deve considerar a legislação aplicável e a residência fiscal do vendedor no momento da operação.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Dossiê tributário recomendado Mantenha declarações anteriores, informes de rendimentos, extratos anuais, histórico de operações, recibos de impostos pagos, documentos de propriedade e relatórios de ativos estrangeiros. Faça uma revisão de consistência antes de transmitir as declarações.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Caderno de aprofundamento 3 | Construção patrimonial em dólar

O papel de cada reserva Separe recursos para emergências, despesas previsíveis de curto prazo e metas de longo prazo. A reserva de emergência deve priorizar a liquidez e a preservação de capital; uma carteira de aposentadoria pode aceitar maior volatilidade quando compatível com o horizonte e o perfil de risco. Misturar objetivos costuma gerar vendas forçadas em momentos desfavoráveis.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Risco não é apenas volatilidade Investimentos podem apresentar riscos de mercado, de crédito, de juros, de liquidez, de concentração, de câmbio e de tributação. Um título de renda fixa pode oscilar de preço antes do vencimento. Um ETF diversificado ainda pode sofrer perdas expressivas. Uma carteira adequada considera a capacidade financeira e emocional de suportar esses eventos.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Moeda dos objetivos Uma família que pretende custear a faculdade nos Estados Unidos possui passivos futuros em dólares; outra que deseja comprar um imóvel no Brasil possui um objetivo em reais. A moeda das despesas futuras ajuda a definir a exposição cambial, mas não determina, por si só, a alocação ideal. A concentração excessiva em qualquer moeda acarreta riscos próprios.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Contas tributáveis e contas de aposentadoria A escolha entre conta tributável, Traditional IRA, Roth IRA e plano empresarial depende da elegibilidade, da renda, da idade, do acesso aos recursos e da perspectiva tributária. Limites e regras mudam a cada ano fiscal. Um Roth IRA pode ser útil em determinados cenários, mas as contribuições e as conversões exigem análise das regras e dos efeitos no Brasil.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Rebalanceamento e disciplina Defina uma política de alocação com faixas de tolerância, frequência de revisão e critérios de rebalanceamento. Considere impostos, custos de negociação e liquidez antes de alterar posições. Evite substituir o processo por previsões de curto prazo ou por manchetes.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Exemplo de plano de investimentos Casal com renda anual de US\$ 180 mil: primeiro, quantifica as despesas essenciais e as dívidas; depois, estabelece uma reserva de emergência e aproveita os benefícios previdenciários disponíveis. Somente então avalia as contribuições adicionais, os objetivos de médio prazo e a exposição cambial. Nenhum percentual é universal; o orçamento e o perfil de risco orientam as decisões.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Caderno de aprofundamento 4 | Aposentadoria internacional

Três cenários para a aposentadoria Compare permanecer nos Estados Unidos, retornar definitivamente ao Brasil ou dividir o tempo entre os dois países. Para cada cenário, estime despesas, impostos, custos de saúde, inflação, moeda de consumo e necessidades de liquidez. A mudança de residência pode alterar o tratamento das distribuições de contas americanas.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Fontes de renda e sequência de saques Organize Social Security, INSS, planos empresariais, IRAs, contas tributáveis, aluguéis e outros fluxos. A ordem de saques pode afetar as alíquotas marginais, o Medicare e a longevidade da carteira. As distribuições mínimas obrigatórias devem ser avaliadas por conta e por tipo de plano, inclusive as regras de exceção.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Social Security e INSS O acordo previdenciário bilateral pode ajudar determinadas pessoas a coordenar períodos de cobertura e evitar contribuições duplicadas em situações específicas. Ele não significa que todos os benefícios são automaticamente somados ou que a tributação é eliminada. A elegibilidade e o pagamento no exterior dependem das regras de cada sistema.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Saúde na aposentadoria Medicare geralmente oferece cobertura limitada fora dos Estados Unidos. Quem pretende residir no Brasil deve avaliar o acesso aos sistemas públicos e privados, as carências, a cobertura de condições preexistentes e a reserva para despesas inesperadas. Inclua os custos de cuidados prolongados e de suporte familiar.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Teste de estresse da renda Simule inflação acima do esperado, desvalorização cambial, aposentadoria antecipada, longevidade elevada e quedas de mercado no início dos saques. O objetivo é identificar fragilidades e criar alternativas, não prever com exatidão um retorno futuro.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Caderno de aprofundamento 5 | Sucessão e patrimônio familiar

Inventário patrimonial internacional Relacione imóveis, contas bancárias, corretoras, planos de aposentadoria, empresas, seguros e dívidas em ambos os países. Registre a titularidade, a localização, os documentos e os contatos profissionais. O inventário facilita a coordenação de sucessões e reduz o risco de ativos esquecidos.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Domicílio para estate tax As regras americanas de imposto sucessório podem utilizar conceitos de domicílio diferentes daqueles aplicáveis ao imposto de renda. Cidadania, intenção de permanência e vínculos pessoais podem ser relevantes. Para não residentes que não são cidadãos, a análise de ativos considerados situados nos Estados Unidos pode ser especialmente importante.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Beneficiários e titularidade Designações de beneficiários em contas de aposentadoria e apólices podem operar fora do testamento, conforme a lei e o contrato. Revise-as após casamento, divórcio, nascimento, falecimento ou mudança de país. Compare o resultado pretendido com as regras sucessórias brasileiras e americanas.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Doações e transferência patrimonial Doações podem gerar obrigações de reporte e tributação distintas em cada país. Não confunda a exclusão anual americana, a isenção sucessória e as regras brasileiras do ITCMD. Antes de transferir ativos para filhos, trusts ou empresas, avalie o controle, a base fiscal, a proteção patrimonial e as consequências sucessórias.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Coordenação jurídica Um testamento americano e outro brasileiro podem coexistir em certos planejamentos, mas a redação deve evitar revogações involuntárias e conflitos. Advogados habilitados nas jurisdições pertinentes devem coordenar a documentação, as procurações e as regras de administração e execução do espólio.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Caderno de aprofundamento 6 | Proteção e seguros

Como dimensionar seguro de vida Comece pelas dívidas, despesas familiares, educação dos filhos, custos finais e objetivos de manutenção de renda; depois, desconte os ativos líquidos e as coberturas existentes. Considere prazo de necessidade e capacidade de pagamento. Seguros temporários podem atender a necessidades delimitadas; seguros permanentes exigem análise de custos, garantias e riscos.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Seguros com valor em dinheiro Whole life, universal life e variantes podem apresentar taxas, custos de resgate, risco de lapse e sensibilidade a premissas de ilustração. Produtos variáveis incluem risco de investimento. Compare documentos contratuais, ilustrações garantidas e não garantidas e alternativas de cobertura.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Proteção da renda Uma incapacidade prolongada pode comprometer o orçamento mesmo sem gerar despesas médicas extremas. Analise carência, período de benefício, definição contratual de invalidez, limites e exclusões. Benefícios do empregador podem ser insuficientes para a renda total da família.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Cobertura internacional Uma apólice contratada em um país não necessariamente cobre sinistros, tratamentos ou residentes no outro. Confirme território, moeda, beneficiários, documentos exigidos e regras de pagamento. Não presuma que a cobertura americana de saúde funciona integralmente no Brasil.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Revisão anual Atualize seguros após aquisição de imóvel, nascimento de filho, mudança de emprego, abertura de empresa e alteração patrimonial. Compare custo total e limites de cobertura com os riscos que a família pretende transferir.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Caderno de aprofundamento 7 | Empresários e famílias empresárias

Estrutura jurídica não é estratégia tributária completa LLC é uma estrutura jurídica que pode receber tratamentos fiscais distintos. A S corporation possui requisitos específicos de elegibilidade para acionistas. C corporation pode envolver tributação corporativa e do acionista. A decisão precisa considerar as operações, a residência fiscal dos sócios, a distribuição de lucros e as responsabilidades.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Separação patrimonial e controles Mantenha contas empresariais separadas, escrituração adequada, contratos e seguros pertinentes. A responsabilidade limitada pode ser comprometida por garantias pessoais, condutas impróprias ou falhas de governança. A proteção patrimonial exige práticas consistentes, não apenas o registro de uma entidade.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Remuneração e aposentadoria Empresários devem avaliar fluxo de caixa, tributos estimados, remuneração adequada quando exigida e planos de aposentadoria compatíveis com a estrutura e a equipe. SEP IRA, SIMPLE IRA e 401(k) empresarial possuem regras próprias de elegibilidade, limites e administração.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Participações no Brasil Participações societárias estrangeiras podem gerar obrigações informativas americanas e diferenças de classificação fiscal. Dividendos, empréstimos entre partes relacionadas e transferências devem ser documentados. A análise de um negócio brasileiro deve ocorrer antes de uma reorganização societária.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Sucessão empresarial Defina quem assumirá a gestão, como será determinada a avaliação da empresa e como ocorrerá a liquidez para herdeiros ou sócios. Acordos de compra e venda, seguros e documentação societária podem integrar o planejamento, sujeitos a revisão jurídica.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Caderno de aprofundamento 8 | Plano de ação em 90 dias

Dias 1 a 30 — Organizar Reúna declarações fiscais, extratos, contratos de seguro, documentos sucessórios e a relação de bens. Identifique as contas brasileiras, os saldos, os titulares e os custos de aquisição. Liste os objetivos familiares e os prazos, separando as despesas em dólares e em reais.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Dias 31 a 60 — Diagnosticar Revise a residência fiscal, os relatórios de ativos no exterior, a exposição cambial, a concentração de investimentos, a reserva de emergência, a aposentadoria e os beneficiários. Identifique lacunas de cobertura e documentos sucessórios que precisam de atualização.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Dias 61 a 90 — Implementar Priorize decisões com base em impacto e urgência. Coordene contador internacional, advogado sucessório e assessor financeiro. Documente os responsáveis, os prazos e as premissas; implemente apenas estratégias revisadas para a situação específica.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Painel de acompanhamento Crie uma página com patrimônio líquido por moeda, reserva de emergência, contribuições previdenciárias, cobertura de seguros, pendências tributárias e atualização de beneficiários. Reavalie ao menos anualmente e sempre que ocorrer mudança familiar, profissional ou de residência.

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Perguntas para a reunião com a MRA Quais decisões financeiras estão relacionadas ao meu caso? Como definir prioridades de curto e longo prazo? Quais riscos internacionais exigem especialistas externos? Como será acompanhada a evolução do plano?

Ponto de atenção: registre as premissas utilizadas, confirme as regras vigentes e consulte profissionais habilitados antes de implementar decisões com consequências fiscais, jurídicas ou patrimoniais.

Checklist integrado Brasil-EUA

Tributação

- ☐ Residência fiscal confirmada
- ☐ Declarações e relatórios internacionais revisados
- ☐ Tributos sobre rendas brasileiras avaliados

Investimentos

- ☐ Reserva de emergência definida
- ☐ Riscos e custos mapeados
- ☐ Exposição cambial intencional

Aposentadoria

- ☐ Benefícios estimados
- ☐ Contas e saques planejados
- ☐ País de residência considerado

Sucessão

- ☐ Testamentos e procurações revisados
- ☐ Beneficiários atualizados
- ☐ Ativos e herdeiros mapeados

Proteção

- ☐ Vida e invalidez avaliados
- ☐ Saúde e long-term care considerados
- ☐ Responsabilidade civil revisada

Glossário essencial

FBAR — Relatório de determinadas contas financeiras mantidas fora dos EUA.

FATCA — Regime de transparência de ativos financeiros estrangeiros; relacionado ao Form 8938.

PFIC — Classificação tributária americana que pode abranger determinados veículos de investimento estrangeiros.

Form 8621 — Formulário ligado a participações em PFICs em certas situações.

IRA — Conta individual de aposentadoria americana.

Roth IRA — Conta de aposentadoria com regras específicas de contribuições e saques qualificados.

401(k) — Plano de aposentadoria patrocinado por empregador.

RMD — Distribuição mínima obrigatória em determinadas contas de aposentadoria.

Estate Tax — Imposto federal americano sobre certas transferências por falecimento.

Gift Tax — Imposto federal americano aplicável a determinadas doações.

Probate — Processo judicial de administração sucessória em certas circunstâncias.

Living Trust — Instrumento fiduciário que pode auxiliar a administração patrimonial.

Foreign Tax Credit — Crédito tributário sujeito a limites por impostos estrangeiros elegíveis.

Capital Gains — Ganhos obtidos com alienação de ativos.

Substantial Presence Test — Teste de dias para avaliar residência fiscal americana de certos estrangeiros.

Beneficiary Designation — Indicação contratual de quem receberá certos ativos ou benefícios.

INSS — Sistema brasileiro de previdência social.

Social Security — Sistema americano de benefícios previdenciários.

Medicare — Programa federal americano de cobertura de saúde para pessoas elegíveis.

HSA — Conta de poupança para despesas médicas com critérios específicos.

ITCMD — Imposto estadual brasileiro sobre heranças e doações.

Duration — Medida de sensibilidade de preço de renda fixa a taxas de juros.

ETF — Fundo negociado em bolsa.

Treasury bill — Título de curto prazo do Tesouro americano.

CDB — Certificado de Depósito Bancário brasileiro.

PGBL — Modalidade brasileira de previdência complementar.

VGBL — Produto brasileiro de acumulação com características de seguro de pessoas.

Tax-loss harvesting — Realização planejada de prejuízos de investimento, conforme regras fiscais.

Umbrella insurance — Cobertura suplementar de responsabilidade civil.

Domicile — Conceito jurídico de domicílio que pode diferir da residência para imposto de renda.

Sobre a MRA Advisory Group

A MRA Advisory Group atua em planejamento financeiro e gestão patrimonial nos Estados Unidos. Sua filosofia — Every financial decision is connected — ressalta a importância de avaliar investimentos, impostos, aposentadoria, sucessão, seguros e objetivos familiares como partes de uma mesma estratégia. Serviços específicos, condições e eventuais conflitos devem ser confirmados nos documentos oficiais da empresa.

Marco Lima, CFP® | CEO & Wealth Advisor

Seu patrimônio não conhece fronteiras. Seu planejamento também não deveria.

Sua vida financeira pode conectar dois países. Agende uma conversa para conhecer a abordagem de planejamento financeiro da MRA e discutir quais temas merecem atenção no seu caso.

Para maiores informações e agendamento de reunião:

mraadvisory.com/team/marco-lima

Conheça a MRA: <https://www.mraadvisory.com/pt>

Informações importantes e divulgações

Este material foi preparado pela MRA Advisory Group exclusivamente para fins informativos e educacionais. Não constitui aconselhamento individualizado de investimentos, recomendação de compra ou venda de valores mobiliários, aconselhamento jurídico, tributário ou contábil. Antes de implementar estratégias, consulte profissionais habilitados nas jurisdições pertinentes.

Investimentos envolvem riscos, inclusive perda de capital. Desempenho passado não garante resultados futuros. Diversificação e alocação de ativos não asseguram lucro nem proteção contra perdas. Exemplos e cenários são ilustrativos e não representam promessas ou projeções garantidas.

Leis tributárias, regras sucessórias e exigências informativas brasileiras e americanas são complexas e podem mudar. A aplicabilidade depende de cidadania, residência, domicílio, estrutura patrimonial e circunstâncias individuais. Informações sobre seguros estão sujeitas a termos, exclusões, disponibilidade e capacidade financeira da seguradora emissora.

Informações de fontes externas podem mudar e não têm garantia de atualização contínua. O registro de uma empresa junto à SEC ou a regulador estadual, quando aplicável, não implica determinado nível de habilidade ou treinamento. Antes da publicação, inserir aqui a razão social, o status regulatório, a linguagem oficial de Form ADV/Form CRS e demais disclosures aprovados pela MRA. Esta versão não constitui material aprovado para distribuição.

Fontes oficiais para consulta e validação

IRS — <https://www.irs.gov/individuals/international-taxpayers>

FinCEN — <https://www.fincen.gov/report-foreign-bank-and-financial-accounts>

SEC / Investor.gov — <https://www.investor.gov>

SSA — <https://www.ssa.gov/international>

Medicare — <https://www.medicare.gov>

Receita Federal — <https://www.gov.br/receitafederal>

Banco Central — <https://www.bcb.gov.br>

CVM — <https://www.gov.br/cvm>

INSS — <https://www.gov.br/inss>

PENDÊNCIAS EDITORIAIS: confirmar legislação e limites de 2026 nas fontes primárias; validar regras e interpretações tributárias com especialistas Brasil-EUA; confirmar biografia, identidade visual e disclosures oficiais da MRA; obter aprovação do responsável por compliance.